

ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ÁFRICA: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

STRATEGIES TO ADDRESS CONTEMPORARY CHALLENGES OF POLITICS AND DEMOCRACY IN AFRICA: AN ANTHROPOLOGICAL APPROACH

César Tito Gremo Nota

RESUMO: O estudo analisa estratégias para enfrentar desafios políticos e democráticos em África sob perspectiva da antropologia política, mediante pesquisa bibliográfica e método hermenêutico. Defende-se a superação de leituras centradas apenas em factores históricos e institucionais, incorporando dinâmicas socioculturais que moldam resistência, participação e poder. Evidencia-se que legados coloniais, fragilidade institucional e clientelismo dificultam democracias substantivas, enquanto a adopção acrítica de modelos ocidentais revela-se inadequada. Conclui-se que uma democracia africana sólida exige articulação entre estruturas formais e informais, diálogo entre Estado e comunidades e valorização das culturas políticas locais, sendo a antropologia política fundamental para repensar a democracia a partir das realidades africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; antropologia política; África; participação; cultura política.

Editor

[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

ABSTRACT: This study analyses strategies to address political and democratic challenges in Africa from a political anthropology perspective, using bibliographic research and the hermeneutic method. It argues for moving beyond approaches focused solely on historical and institutional factors by incorporating socio-cultural dynamics shaping resistance, participation and power. Findings indicate that colonial legacies, institutional fragility and clientelism hinder substantive democracies, while the uncritical adoption of Western governance models proves inadequate. It concludes that a solid African democracy requires articulation between formal and informal structures, dialogue between state and communities, and recognition of local political cultures, with political anthropology offering a crucial framework for rethinking democracy in contemporary African societies.

KEYWORDS: Political anthropology; Africa; participation; political culture.

ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ÁFRICA: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

César Tito Gremo Nota ¹

Introdução

Os estudos sobre política e democracia em África têm vindo a ocupar um espaço cada vez mais significativo no domínio das ciências sociais. Todavia, grande parte dessas análises mantém-se centrada nos processos de transição democrática e de consolidação institucional, descurando frequentemente as dimensões culturais e sociais que moldam os sistemas políticos locais. Neste quadro, a antropologia política apresenta-se como uma via fundamental para a compreensão dos desafios contemporâneos da governação africana, ao proporcionar uma leitura contextualizada e crítica das práticas políticas e das suas implicações sociais. A análise da política africana revela que muitos estudos se orientam por modelos teóricos de inspiração ocidental, o que tende a negligenciar as especificidades históricas, culturais e sociais do continente. Esta visão reducionista perpetua uma leitura distorcida dos fenómenos políticos africanos, ignorando as dinâmicas locais de poder e os modos tradicionais de participação social. A permanência de estruturas herdadas do colonialismo, associada a fragilidades institucionais e à centralização do poder, contribui para a manutenção de formas autoritárias de governação e para a exclusão de amplos sectores da população.

As abordagens mais recentes têm procurado evidenciar que a democratização africana não se concretiza apenas com a introdução de eleições multipartidárias ou de reformas institucionais. A democracia efectiva exige participação cidadã ampla, mecanismos de responsabilização social e inclusão política das populações marginalizadas. Neste sentido, a consolidação democrática em África depende do reconhecimento e da integração das formas locais de organização e deliberação política, as quais constituem elementos essenciais da cultura e da coesão social africanas. A construção de democracias africanas sólidas implica, portanto, ultrapassar a mera transposição de modelos externos e adoptar estratégias que partam das realidades concretas do continente. Torna-se necessário compreender como as

¹ Licenciado em Antropologia pela Universidade Pedagógica de Maputo. Consultor no Instituto Superior Monitor; E-mail: gremotech@hotmail.com

comunidades locais produzem sentidos próprios de autoridade, legitimidade e participação, bem como as práticas informais que sustentam a vida política quotidiana. A antropologia política assume, assim, um papel determinante, ao revelar a complexidade das interações entre Estado, sociedade e cultura.

O presente artigo insere-se neste debate, propondo uma reflexão crítica sobre as estratégias que podem ser adoptadas para enfrentar os desafios contemporâneos da política e da democracia em África, tomando Moçambique como principal referência empírica. Pretende-se compreender de que modo os cidadãos respondem a esses desafios através de práticas de resistência, adaptação e participação, que configuram novas formas de expressão política e de construção democrática. Metodologicamente, o estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica e na análise de conteúdo, orientadas pelo método hermenêutico. Foram seleccionadas obras, artigos científicos e documentos académicos de relevância reconhecida, consultados em plataformas digitais especializadas. A hermenêutica permitiu uma leitura interpretativa das ideias analisadas, considerando o contexto histórico, cultural e social da sua produção. A análise de conteúdo, por sua vez, possibilitou a organização sistemática das categorias temáticas e a construção de uma narrativa coerente sobre a política e a democracia em África. A conjugação desses métodos revelou-se fundamental para sustentar teoricamente a investigação e oferecer uma reflexão crítica sólida sobre a governação e a cultura política africanas.

Contextualização dos Desafios Políticos e Democráticos em África: entre Heranças Coloniais e Fragilidades Institucionais

A problematização dos desafios políticos e democráticos em África impõe uma abordagem que recuse explicações superficiais centradas exclusivamente na arquitectura formal das instituições e privilegie uma análise histórica e sociológica das estruturas de poder que moldaram o Estado pós-colonial. Mamdani sustenta, numa reflexão decisiva sobre a formação política africana, que “o Estado colonial instituiu uma bifurcação estrutural entre cidadãos e súbditos, criando dois regimes de poder distintos, um urbano, regido pelo direito civil, e outro rural, administrado pelo costume sob autoridade indirecta” (Mamdani, 1996, p. 18). Esta formulação revela que a desigualdade política não foi um efeito colateral do colonialismo, mas o seu princípio organizador. Ao institucionalizar uma cidadania diferenciada, o aparelho colonial consolidou hierarquias que sobreviveram às independências,

configurando Estados formalmente soberanos, mas estruturalmente segmentados. A persistência dessa bifurcação permite compreender por que razão a democratização subsequente não produziu rupturas substantivas. Mamdani aprofunda esta crítica ao afirmar que “a independência africana herdou o Estado bifurcado e, em vez de o transformar, africanizou-o, mantendo intacta a sua lógica de governo indirecto e de autoridade descentralizada sem responsabilidade democrática” (Mamdani, 1996, p. 25). Tal diagnóstico evidencia que muitos regimes pós-coloniais preservaram a distância estrutural entre Estado e sociedade, substituindo actores coloniais por elites nacionais, mas sem alterar o padrão de exclusão política. A fragilidade democrática contemporânea radica, assim, numa continuidade institucional que perpetua a marginalização das maiorias rurais e populares.

Mbembe amplia esta leitura ao sublinhar que “a experiência pós-colonial caracteriza-se por uma sobreposição de racionalidades, em que formas burocráticas modernas coexistem com lógicas patrimoniais e dispositivos de dominação personalizados” (Mbembe, 2016, p. 53). Esta coexistência não deve ser interpretada como anomalia, mas como traço constitutivo da política africana contemporânea. A formalidade democrática - eleições, parlamentos, constituições - opera frequentemente em paralelo com redes informais de poder, clientelas e mecanismos de captura do Estado. A tensão entre norma e prática produz um espaço político ambíguo, no qual a legitimidade eleitoral não elimina a centralização autoritária nem a instrumentalização das instituições. A este respeito, Mbembe observa ainda que “o poder pós-colonial exerce-se tanto pela lei como pela sua suspensão, tanto pela institucionalização como pela arbitrariedade, numa economia política da violência e da intimidação simbólica” (Mbembe, 2016, p. 102). A democracia, nestes contextos, revela-se formalmente proclamada, mas materialmente restringida por dispositivos de controlo que limitam a participação efectiva. A fragilidade institucional manifesta-se, portanto, na incapacidade de consolidar mecanismos robustos de responsabilização, transparência e alternância substantiva de poder.

Bayart, ao introduzir o conceito de “política do ventre”, fornece uma chave interpretativa para compreender a internalização das lógicas patrimoniais nas estruturas estatais. O autor sustenta que “a assimilação recíproca das elites políticas e económicas transformou o Estado num espaço privilegiado de acumulação privada, onde a redistribuição de recursos segue circuitos personalizados de lealdade” (Bayart, 2009, p. 67). Esta dinâmica não pode ser reduzida a mera corrupção individual; trata-se de um sistema relacional no qual o acesso ao poder depende de alianças e fidelidades, frequentemente ancoradas em redes

étnicas, regionais ou familiares. Bayart acrescenta que “a historicidade do Estado africano reside na sua capacidade de incorporar práticas pré-coloniais, coloniais e globais numa síntese própria, marcada pela extraversão e pela negociação constante com actores externos” (Bayart, 2009, p. 112). Esta observação sublinha que a fragilidade democrática não decorre de ausência de modernidade, mas de uma modernidade específica, construída na intersecção entre dependência externa e reconfiguração interna de alianças. O resultado é um Estado simultaneamente formalmente estruturado e informalmente apropriado.

No contexto moçambicano, Castel-Branco oferece uma análise empírica elucidativa ao afirmar que “as reformas políticas introduzidas na década de 1990 reorganizaram os mecanismos de legitimação do poder, mas não alteraram substancialmente a concentração das decisões estratégicas num núcleo restrito de actores” (Castel-Branco, 2008, p. 44). A transição para o multipartidarismo não implicou redistribuição efectiva de poder, mas reconfiguração das alianças dominantes. A institucionalização de eleições competitivas coexistiu com práticas de controlo administrativo, económico e partidário que limitaram a emergência de uma oposição plenamente autónoma. Castel-Branco observa ainda que “a economia política do Estado moçambicano revela uma articulação estreita entre interesses partidários e estruturas económicas, produzindo uma simbiose que enfraquece os mecanismos de fiscalização democrática” (Castel-Branco, 2008, p. 52). Esta simbiose reforça a leitura de que a fragilidade institucional não é apenas jurídica, mas estrutural, resultante da fusão entre poder político e controlo económico.

Ake, por seu turno, introduz uma crítica epistemológica fundamental ao afirmar que “a democratização em África não pode ser concebida como mera transplantação de instituições liberais, pois a sua eficácia depende da correspondência com as práticas sociais e os valores partilhados pelas comunidades” (Ake, 1996, p. 130). Esta posição recusa a universalização acrítica do modelo liberal e defende a necessidade de enraizamento cultural das instituições. A democracia, nesta perspectiva, deve emergir da experiência histórica africana, incorporando formas locais de deliberação e autoridade. Ake insiste que “a marginalização das estruturas comunitárias e das formas tradicionais de participação contribuiu para a alienação política das populações, enfraquecendo a legitimidade dos regimes pós-coloniais” (Ake, 1996, p. 141). Ao negligenciar conselhos locais, assembleias comunitárias e lideranças tradicionais, os Estados independentes reproduziram a distância colonial entre governantes e governados. A democratização, para ser substantiva, exige

reintegração dessas instâncias no processo político nacional. Balandier, ao conceptualizar a “situação colonial”, oferece uma chave teórica decisiva ao afirmar que “a colonização instaurou uma estrutura de dominação que reorganizou as hierarquias sociais, redefiniu autoridades e produziu novas formas de dependência simbólica” (Balandier, 1961, p. 157). Esta reorganização não se dissipou com a independência; ao contrário, foi apropriada e adaptada pelas elites nacionais. O poder pós-colonial conserva, assim, traços da engenharia política colonial.

O autor acrescenta que “a análise do poder em África exige atenção às suas expressões rituais, simbólicas e quotidianas, pois é nesse nível que se consolidam as relações de autoridade e submissão” (Balandier, 1961, p. 170). A democracia não pode ser compreendida apenas como arranjo constitucional; deve ser analisada como prática social incorporada em rituais, linguagens e representações colectivas. A antropologia política revela-se, portanto, instrumento indispensável para captar a densidade simbólica do poder. A leitura articulada destes autores evidencia que os desafios democráticos africanos resultam de um entrelaçamento complexo entre heranças coloniais, patrimonialismo, dependência externa e fragilidade institucional. Não se trata de ausência de modernidade política, mas de uma modernidade marcada por composições específicas, nas quais formas importadas e práticas locais se combinam de modo singular. A análise crítica exige, por isso, abandonar explicações simplificadoras e reconhecer a historicidade própria das trajectórias africanas.

Neste quadro, torna-se imperativo deslocar o foco analítico das normas formais para as práticas concretas. A democracia deve ser pensada como processo social, não como simples arquitectura jurídica. Tal deslocamento implica reconhecer que a legitimidade política depende da capacidade de integrar estruturas formais e informais, articular Estado e comunidades e promover inclusão efectiva. Conclui-se, assim, que a superação dos impasses democráticos em África exige transformação estrutural que ultrapasse a mera alternância eleitoral. Requer reconfiguração das relações entre poder e sociedade, fortalecimento institucional enraizado nas culturas locais e ruptura com a lógica bifurcada herdada do colonialismo. A antropologia política, ao privilegiar o estudo das práticas, das redes e dos símbolos, oferece instrumentos teóricos robustos para repensar a democracia africana como construção histórica situada, capaz de responder às especificidades do continente sem se submeter a modelos exógenos descontextualizados.

Estratégias de Resistência e Adaptação na Consolidação Política e Democrática em África: Uma Perspectiva Antropológica

A reflexão acerca das estratégias de resistência e adaptação na consolidação política e democrática em África impõe um enquadramento analítico que ultrapasse a descrição formal dos processos eleitorais e das arquitecturas constitucionais, penetrando nas camadas históricas, sociais e simbólicas que estruturam o exercício do poder. Desde as independências, a generalização do multipartidarismo e a realização periódica de eleições foram frequentemente celebradas como indicadores de progresso democrático; todavia, tais dispositivos revelaram-se insuficientes para assegurar legitimidade substantiva e estabilidade institucional. Como observa Bayart, “as formas do poder em África não se explicam apenas pelas instituições herdadas do colonialismo, mas pela forma como o poder é continuamente apropriado e reinventado pelas sociedades africanas” (Bayart, 2009, p. 23). Esta formulação convoca uma leitura dinâmica da política africana, na qual a institucionalidade formal se entrelaça com práticas sociais enraizadas, produzindo configurações híbridas que desafiam as categorias clássicas da teoria democrática.

A partir dessa constatação, torna-se evidente que a consolidação democrática não pode ser reduzida à mera adopção de dispositivos normativos importados. A persistência de redes clientelares, a centralidade das lealdades pessoais e a plasticidade das alianças políticas demonstram que o poder se exerce em múltiplos registos simultâneos. O que está em causa não é uma suposta incapacidade africana para a democracia, mas a coexistência de racionalidades políticas distintas, cuja articulação permanece incompleta. Assim, a fragilidade institucional não decorre exclusivamente de déficits técnicos, mas de uma tensão estrutural entre modelos formais de governação e práticas sociais historicamente sedimentadas. A antropologia política oferece instrumentos decisivos para apreender essa complexidade, ao privilegiar a observação das práticas quotidianas e das representações simbólicas do poder. Georges Balandier sublinha que “a política em África não se exerce apenas através do Estado, mas também nas relações sociais, nas tradições e nas representações simbólicas do poder” (Balandier, 1961, p. 15). Esta perspectiva desloca o foco analítico das instituições formais para os contextos sociais concretos onde se constroem legitimidades e se negociam hierarquias. O Estado deixa de ser entendido como entidade autónoma e passa a ser concebido como parte de um campo relacional mais vasto, onde interagem autoridades tradicionais, lideranças comunitárias, elites partidárias e actores transnacionais.

No caso de Moçambique, as tensões entre legitimidade formal e reconhecimento social tornaram-se particularmente visíveis nas crises políticas subsequentes às eleições presidenciais de Outubro de 2024. As mobilizações populares que se seguiram não podem ser interpretadas apenas como reacções episódicas a resultados eleitorais contestados; elas exprimem uma percepção mais profunda de distanciamento entre governantes e governados. Conforme observa Castel-Branco, “a democracia moçambicana ainda não conseguiu criar pontes sólidas entre a legitimidade política formal e a legitimidade social construída no seio das comunidades” (Castel-Branco, 2008, p. 42). Tal diagnóstico evidencia que a estabilidade institucional depende, em larga medida, da capacidade de articular normas jurídicas com expectativas sociais e experiências históricas partilhadas. A recorrência de golpes de Estado em diferentes contextos africanos constitui outro sintoma dessa disjunção entre forma e substância democrática. No Burkina Faso, os dois golpes militares de 2022 ilustraram a erosão da confiança nas elites civis e a percepção de incapacidade estatal face a desafios de segurança e justiça social. Esta dinâmica confirma a análise de Mamdani, segundo a qual “os Estados africanos herdaram estruturas coloniais de poder que mantêm a distância entre governantes e governados, reproduzindo formas de dominação que impedem a emergência de uma cidadania plena” (Mamdani, 1996, p. 7). A ruptura institucional surge, assim, como expressão extrema de um mal-estar político acumulado, no qual a promessa democrática não encontra tradução efectiva na vida quotidiana.

A leitura proposta por Chabal e Daloz reforça esta interpretação ao sustentar que “a política em África é, acima de tudo, uma prática social, onde a informalidade e a personalização são elementos centrais da sua lógica de funcionamento” (Chabal e Daloz, 2001, p. 12). A informalidade não constitui mera anomalia, mas componente estrutural do campo político, moldando os modos de acesso a recursos e a distribuição de benefícios. Neste contexto, a consolidação democrática exige reconhecer que as redes de patronagem e as alianças personalizadas não desaparecem por decreto constitucional; elas adaptam-se e reconfiguram-se no interior das novas arquitecturas institucionais. A contribuição de Mbembe é particularmente fecunda ao conceptualizar a pós-colónia como espaço de ambivalência e teatralização do poder. O autor afirma que “a relação entre o governante e o governado é, em África, uma relação de mútua implicação, de teatralização e de excesso” (Mbembe, 2016, p. 102), sugerindo que a autoridade se constrói através de encenações simbólicas que combinam coerção e consentimento. A política surge, assim, como campo performativo, onde a legitimidade é constantemente negociada e onde a resistência assume formas subtis, frequentemente inscritas na linguagem, na sátira e nas práticas quotidianas de distanciamento crítico.

Neste horizonte analítico, a resistência não deve ser entendida apenas como oposição frontal ao Estado, mas como conjunto de estratégias adaptativas que permitem às comunidades negociar espaços de autonomia. A antropologia revela que tais estratégias incluem a utilização instrumental das normas oficiais, a mobilização de identidades locais e a reinterpretação de símbolos nacionais. Estas práticas demonstram que a sociedade não é mero objecto de dominação, mas actor activo na redefinição das regras do jogo político. A consolidação democrática requer, portanto, uma articulação mais orgânica entre o formal e o informal. A criação de mecanismos institucionais que reconheçam autoridades locais e incorporem formas tradicionais de mediação pode contribuir para reduzir a distância entre Estado e comunidades. Tal integração não implica a romantização do “tradicional”, mas o reconhecimento de que a legitimidade política emerge de múltiplas fontes, cuja ignorância compromete a eficácia das reformas.

A educação cívica constitui outro eixo estruturante desse processo. A transformação de súbditos em cidadãos, para retomar a expressão de Mamdani, pressupõe um investimento continuado na formação política e na construção de uma cultura de responsabilização. Como o próprio autor sustenta, “a reconstrução do Estado africano depende da capacidade de transformar os súbditos em cidadãos, e essa transformação é, antes de tudo, um processo educativo e político” (Mamdani, 1996, p. 210). A cidadania plena não emerge automaticamente da promulgação de direitos; ela exige aprendizagem, participação e internalização de normas partilhadas. A valorização das experiências locais de participação, incluindo assembleias comunitárias e fóruns de deliberação informal, pode fortalecer a confiança nas instituições. Ao reconhecer essas práticas como componentes legítimas do espaço público, o Estado amplia a sua base de apoio e reforça a percepção de inclusão. Esta estratégia revela-se particularmente relevante em contextos marcados por pluralidade étnica e cultural, onde a homogeneização normativa tende a gerar exclusões. Importa sublinhar que a pluralidade não constitui obstáculo intrínseco à democracia; pelo contrário, pode ser fonte de inovação institucional. Como argumenta Mbembe, “a democracia africana será sempre plural, porque reflecte a pluralidade das suas histórias e das suas culturas políticas” (Mbembe, 2016, p. 119). A consolidação democrática implica, assim, aceitar a diversidade como princípio estruturante, concebendo a unidade política não como uniformidade, mas como articulação dinâmica de diferenças.

A crítica à transplantação acrítica de modelos ocidentais permanece central. Bayart adverte que “o erro fundamental das análises sobre África foi imaginar que as instituições podiam ser transplantadas sem considerar as lógicas sociais locais” (Bayart, 2009, p. 47). Esta advertência conserva plena actualidade, sobretudo num contexto de pressão internacional por reformas rápidas e

padronizadas. A sustentabilidade democrática depende menos da velocidade das mudanças do que da sua capacidade de enraizamento social. A perspectiva antropológica contribui igualmente para desnaturalizar categorias como “fracasso estatal” ou “déficit democrático”, frequentemente utilizadas de modo abstracto e descontextualizado. Ao evidenciar as racionalidades internas das práticas políticas, a antropologia demonstra que o que pode parecer desordem à luz de modelos normativos externos corresponde, muitas vezes, a formas alternativas de organização e negociação do poder. Dessa forma, a consolidação política e democrática em África deve ser concebida como processo histórico aberto, marcado por tensões, adaptações e reconfigurações constantes. A resistência e a adaptação não são sinais de atraso, mas expressões da vitalidade social e da capacidade de reinvenção colectiva. A democracia, longe de ser produto acabado, constitui horizonte em permanente construção. Em síntese, a articulação entre heranças históricas, práticas sociais e inovações institucionais define o campo de possibilidades da democratização africana. A integração crítica das contribuições de Bayart, Balandier, Mamdani, Chabal, Daloz, Mbembe e Castel-Branco permite compreender que a estabilidade política não decorre da simples reprodução de modelos exógenos, mas da capacidade de produzir sínteses originais entre tradição e modernidade. A consolidação democrática emerge, assim, como empreendimento simultaneamente institucional e cultural, cuja realização depende da escuta atenta das vozes sociais e da abertura a formas plurais de imaginar o comum.

Reconfiguração do Estado e Produção de Cidadania: Para uma Democracia Enraizada e Plural

A reflexão sobre a reconfiguração do Estado em África, quando conduzida a partir de uma perspectiva antropológica, impõe a deslocação do enfoque das arquitecturas jurídico-formais para as práticas sociais concretas, os sistemas simbólicos e as cosmologias que estruturam a experiência do poder. O Estado, nesta abordagem, não se reduz a um aparelho administrativo, mas constitui-se como construção histórica, representação cultural e campo de disputas morais. Como afirma Ake, “a crise da democracia em África não é simplesmente uma falha de vontade política, mas o reflexo de uma desarticulação estrutural entre Estado e sociedade produzida pelo colonialismo e reproduzida pelas elites pós-coloniais” (Ake, 1996, p. 7). Esta formulação permite compreender que o déficit democrático não pode ser analisado apenas em termos institucionais, exigindo antes a compreensão das clivagens históricas que moldaram a relação entre autoridade e comunidade.

A análise de Bayart acerca da “política do ventre” adquire densidade particular quando lida sob uma chave antropológica. Segundo o autor, “o Estado africano não é um corpo estranho à sociedade, mas uma modalidade histórica de acumulação e redistribuição de recursos através de redes pessoais e clientelares” (Bayart, 2009, p. 98). Tal perspectiva revela que as práticas consideradas clientelares não são meras distorções, mas expressões de racionalidades sociais ancoradas em obrigações de parentesco, lealdade e reciprocidade. A reconfiguração do Estado exige, portanto, compreender estas lógicas culturais em vez de as reduzir a anomalias administrativas. Nesta linha, Chabal e Daloz sustentam que “a desordem aparente não significa necessariamente ausência de racionalidade política, podendo constituir um modo coerente de governação em contextos específicos” (Chabal & Daloz, 2001, p. 21). A antropologia política permite interpretar a informalidade como sistema normativo alternativo, no qual a autoridade é negociada através de relações sociais densas. A cidadania, nestes contextos, não se expressa apenas em termos jurídicos, mas como pertença relacional inscrita em comunidades concretas.

A herança colonial constitui eixo estruturante desta problemática. Mamdani demonstra que “o colonialismo instituiu um Estado bifurcado, que produziu simultaneamente cidadãos no espaço urbano e sujeitos no espaço rural” (Mamdani, 1996, p. 18). Esta dualidade criou formas diferenciadas de pertença política, perpetuando desigualdades estruturais. A perspectiva antropológica evidencia que tal bifurcação não se limita ao plano jurídico, mas atravessa práticas quotidianas, sistemas de autoridade tradicional e representações sociais do poder. A crítica de Mbembe amplia esta reflexão ao afirmar que “a experiência africana do poder é marcada por uma economia da violência e por uma teatralização permanente da autoridade” (Mbembe, 2016, p. 134). O poder manifesta-se através de rituais, discursos e encenações que produzem reconhecimento e temor. A reconfiguração do Estado implica, assim, transformar as formas simbólicas de legitimação da autoridade, substituindo a lógica da intimidação pela da participação. Os processos de transição democrática analisados por Bratton e Van de Walle revelam que “as instituições democráticas formais coexistem frequentemente com práticas autoritárias informais” (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 275). Tal coexistência evidencia que a democratização não se consolida apenas pela adopção de eleições multipartidárias. A antropologia demonstra que as práticas informais se legitimam culturalmente e são frequentemente interpretadas como mecanismos de estabilidade ou protecção comunitária.

No contexto moçambicano, a repressão de protestos pós-eleitorais relatada pela Human Rights Watch indica que “as forças de segurança responderam aos protestos pós-eleitorais com uso

excessivo da força, incluindo detenções arbitrárias e agressões” (Human Rights Watch, 2024). Tal realidade revela persistências autoritárias que fragilizam a confiança institucional. Sob uma lente antropológica, importa analisar como estas práticas são percebidas pelas populações, se como violência ilegítima ou como manifestação esperada da autoridade estatal. A instabilidade política noutros contextos africanos, como noticiado pela Reuters ao referir que “soldados anunciaram a deposição do governo militar, invocando insegurança e falhas de governação” (Reuters, 2022), demonstra crises recorrentes de legitimidade. A antropologia política interpreta tais rupturas como momentos de reconfiguração simbólica, nos quais se renegociam narrativas de autoridade e pertença nacional.

A dimensão económica é igualmente central. Castel-Branco sustenta que “as opções estratégicas de política económica condicionam profundamente as possibilidades de desenvolvimento inclusivo” (Castel-Branco, 2008, p. 12). A antropologia económica acrescenta que a percepção de justiça distributiva depende de valores culturais relativos à solidariedade e à reciprocidade. A democracia enraizada exige articular crescimento económico com reconhecimento das economias morais locais. Macuane observa que “a liberalização política em África ocorreu frequentemente sob influência externa, condicionando a profundidade das reformas” (Macuane, 2000, p. 567). A perspectiva antropológica questiona como tais reformas são apropriadas culturalmente e transformadas em práticas quotidianas. A sustentabilidade democrática depende da sua internalização social.

Por sua vez, Bembe destaca que “os desafios estruturais dos governos africanos incluem a consolidação institucional e a gestão participativa dos recursos” (Bembe, 2016, p. 45). A participação, contudo, não pode ser reduzida a formalidade procedimental; ela assume formas culturalmente situadas, como assembleias comunitárias e consultas tradicionais. Retomando Ake, importa sublinhar que “a democracia só é significativa quando capacita as pessoas comuns e reforça a sua capacidade de influenciar decisões que afectam as suas vidas” (Ake, 1996, p. 130). Esta concepção substantiva desloca o centro da política para a base social, exigindo mecanismos efectivos de inclusão.

A historicidade do Estado, apontada por Bayart ao afirmar que “o Estado africano possui trajectórias próprias de construção do poder” (Bayart, 2009, p. 56), reforça a necessidade de soluções contextualizadas. A antropologia histórica demonstra que o poder é continuamente negociado e reinterpretado nas práticas sociais. A superação da bifurcação colonial descrita por

Mamdani implica integrar autoridades tradicionais num quadro constitucional que respeite direitos universais. A antropologia jurídica evidencia que o pluralismo normativo pode coexistir com princípios democráticos, desde que submetido a diálogo intercultural e salvaguardas de igualdade.

Conclui-se que a reconfiguração do Estado e a produção de cidadania plural, sob perspectiva antropológica, exigem transformação simultânea das estruturas institucionais e das matrizes simbólicas do poder. A democracia enraizada não se limita à arquitectura legal, mas constitui processo cultural contínuo, no qual história, memória e prática social se entrelaçam. O Estado adquire legitimidade quando reconhece a pluralidade de vozes que compõem a comunidade política e quando a cidadania se traduz em experiência concreta de dignidade, participação e justiça social.

Considerações Finais

O objectivo central desta reflexão consistiu em compreender as estratégias que podem ser mobilizadas para enfrentar os desafios políticos e democráticos em África no contexto contemporâneo, tomando como referência a perspectiva da antropologia política. Procurou-se, assim, ultrapassar as análises que privilegiam apenas as instituições formais e os modelos ocidentais de democracia, propondo uma leitura ancorada nas práticas sociais concretas e nas formas locais de participação política, frequentemente ignoradas pelos paradigmas dominantes das ciências políticas. Esta abordagem permitiu reconhecer que o político, em África, não se confina à esfera institucional do Estado, mas encontra expressão nas relações quotidianas, nos rituais, nas tradições e nas representações simbólicas que estruturam o poder. Os resultados alcançados demonstram que os legados do colonialismo continuam a exercer uma influência determinante sobre as estruturas de poder contemporâneas, perpetuando desigualdades históricas e formas subtis de dominação. O Estado africano, herdeiro de modelos coloniais de autoridade, conserva frequentemente práticas centralizadoras e excludentes, o que compromete a emergência de uma cidadania plena e activa. Apesar das independências políticas, persistem mecanismos de dependência económica e cultural que limitam a autonomia das instituições nacionais e reforçam a fragilidade democrática.

Torna-se evidente que a adopção formal de sistemas multipartidários e a realização de eleições periódicas não asseguram, por si sós, a consolidação democrática. Em muitos contextos africanos, as instituições políticas operam de modo descolado das realidades sociais e culturais,

reproduzindo modelos de governança que não dialogam com as expectativas e os modos de organização das comunidades locais. A democracia, quando reduzida a um mero procedimento eleitoral, transforma-se num exercício ritualizado de legitimação do poder, desprovido de conteúdo participativo e emancipador. A antropologia política oferece, neste sentido, uma via alternativa para repensar as bases da democracia africana. Ao privilegiar a observação directa e a escuta das comunidades, esta disciplina permite apreender as múltiplas formas pelas quais o poder é vivido, contestado e reinventado. A política, observada a partir das práticas quotidianas, revela-se como um campo dinâmico, onde coexistem estratégias de resistência, adaptação e negociação. Tal compreensão amplia o horizonte analítico, permitindo conceber a democracia não como uma importação institucional, mas como um processo social em constante reconstrução.

A análise empreendida permite afirmar que as fragilidades das democracias africanas residem, em larga medida, na desconexão entre as estruturas formais do Estado e as dinâmicas informais das sociedades. As formas tradicionais de mediação e de liderança comunitária, quando ignoradas ou marginalizadas, geram distanciamento entre governantes e governados. O reconhecimento destas estruturas de autoridade local não implica a sua idealização, mas o entendimento de que constituem espaços legítimos de representação e de construção de consenso social. Dessa constatação decorre a necessidade de repensar as relações entre o Estado e as comunidades, através da criação de mecanismos de diálogo contínuo e da promoção de processos participativos permanentes. A democracia não deve limitar-se ao momento eleitoral, mas ser vivida como um exercício quotidiano de partilha de responsabilidades e de construção colectiva do bem comum. Neste contexto, a proximidade entre o Estado e os cidadãos torna-se condição indispensável para a legitimação do poder e para o fortalecimento da confiança nas instituições públicas.

A consolidação democrática em África requer, por conseguinte, a valorização das práticas locais de participação e das culturas políticas que conferem sentido à acção colectiva. A inclusão dessas formas de expressão e organização na arquitectura institucional do Estado permitiria uma integração mais orgânica entre o formal e o informal, aproximando a governança das realidades concretas das populações. Tal integração, longe de representar um retrocesso, constitui um passo essencial para o enraizamento de uma democracia genuinamente africana, plural e contextualizada. Importa igualmente destacar o papel estratégico da educação política e cívica na formação de cidadãos conscientes e críticos. A cidadania não se adquire apenas pelo direito de voto, mas pela capacidade de compreender, questionar e transformar as condições sociais e políticas em que se vive. A educação, quando orientada por valores de justiça, solidariedade e participação,

torna-se o instrumento mais poderoso de consolidação democrática e de resistência às tentações autoritárias.

A perspectiva antropológica, ao iluminar os espaços marginais e as vozes silenciadas, contribui para desconstruir a visão homogênea e abstracta da democracia. Cada sociedade africana elabora a sua própria gramática política, resultado de uma história de encontros, conflitos e reinvenções culturais. Assim, compreender as democracias africanas implica reconhecer a diversidade das suas experiências e a complexidade das suas práticas políticas. A reconstrução do Estado africano passa, portanto, pelo reconhecimento da pluralidade dos seus actores e pela inclusão das comunidades como protagonistas do processo político. O Estado deve deixar de ser percebido como uma instância distante e impositiva, para se tornar um mediador das aspirações colectivas e um garantidor de justiça social. Esse reposicionamento implica uma mudança profunda na cultura política, substituindo a lógica da dominação pela lógica da cooperação e da corresponsabilidade.

Em síntese, a consolidação da política e da democracia em África exige um esforço de reconstrução simbólica e institucional que ultrapasse as fronteiras impostas pelo legado colonial e pelas dependências externas. É necessário reinventar a democracia a partir das margens, reconhecendo que é nas práticas quotidianas das comunidades que se encontram as sementes da mudança. O diálogo entre o formal e o informal, entre o Estado e as tradições, entre o global e o local, constitui a base para um projecto democrático mais autêntico e sustentável. Por fim, a antropologia política reafirma-se como uma ferramenta epistemológica privilegiada para compreender e transformar as realidades africanas. Ao valorizar as experiências concretas e as formas locais de agência, ela permite reconectar a teoria com a vida, e a política com a sociedade. Assim, a democracia em África poderá deixar de ser um ideal distante para se tornar uma prática viva, plural e enraizada nas culturas políticas que definem a essência do continente.

Referências Bibliográficas

AKE, Claude (1996). **Democracy and Development in Africa**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

BALANDIER, Georges (1961). **Antropologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BARDIN, Laurence (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BAYART, Jean-François (2009). **O Estado na África: a política do ventre** (2. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BEMBE, Miguel Domingos (2016). **Os grandes desafios dos governos africanos para o século XXI**. Mulem-ba.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas (1997). **Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2008). **A Investigação Económica no IESE: Trajectória e Questões de Investigação**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal (2001). **África: a política da sobrevivência**. Lisboa: Instituto Piaget.

GADAMER, Hans-Georg (2004). **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes.

GIL, António Carlos (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.

HUMAN RIGHTS WATCH (2024). **Mozambique: Post-Election Protests Violently Repressed**. 29 out.

MACUANE, José Jaime (2000). **Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa**. Dados, 43(4).

MAMDANI, Mahmood (1996). **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. London: James Currey; Kampala: Fountain Publishers; Cape Town: David Philip.

MBEMBE, Achille (2016). **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona.

REUTERS (2022). **Burkina Faso soldiers announce overthrow of military government**. 30 Set.